

Parecer Jurídico nº 29/2022

Referência: Projeto de Lei 020/2022

Autoria: Prefeito Márcio Donizete de Oliveira.

Ementa: Estima a receita e fixa a despesa do município de Gonçalves para o exercício financeiro de 2023.

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica do Legislativo para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 020, de 28 de setembro de 2021, de autoria do executivo municipal, que estima as receitas e fixa as despesas do município para o exercício financeiro de 2023.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e no artigo 10, I e 68, X da Lei Orgânica Municipal.

A iniciativa é privativa do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe o artigo 68, inciso X da Lei Orgânica Municipal.

Verificada a regularidade formal quanto a competência e iniciativa, nesse sentido, a Procuradoria Jurídica do Legislativo *OPINA, s.m.j.*, favorável a tramitação da propositura nesta Casa de Leis, desde que observadas os procedimentos legais e regimentais vigentes.

2.2. Da possibilidade legal

Neste ponto, a matéria encontra-se no nível de competência do município, por força da CF/88, Lei Orgânica Municipal e LDO atendendo assim aos requisitos legais.

2.3. Da Tramitação e Votação

A propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de **Legislação, Justiça e Redação** (art. 74, I do R.I.) e de **Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas** (art. 74, II do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura poderá ser deliberada em **turno único** de discussão e votação, conforme prevê o art. 119 do R.I.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Gonçalves, 23 de novembro de 2022.

Leandro Neto
Procurador Jurídico do Legislativo
OAB/MG 151.164